

FORUM CAMPONÊS DE DJALICUNDA SOBRE AÇAMBARCAMENTO DE TERRAS E SEMENTES

APELO DE DJALICUNDA

Nós, camponesas e camponeses membros da Federação Kafo, da Associação Zona Verde e de outras organizações camponesas da Guiné-Bissau, vindos de todas as regiões do país, e reunidos no quadro do 1º Fórum Camponês organizado pela Coligação Guineense para a Defesa do Património Genético Africano – COPAGEN-GB, a 05 de Março de 2011, no Centro Camponês de Djalicunda, lançamos ao Governo, ao Parlamento e a outros órgãos de soberania da Guiné-Bissau, à sociedade civil e a todas as forças vivas da Nação guineense, o seguinte apelo:

- A. **Respondendo** ao pedido das organizações camponesas membros da COPAGEN,
- B. **Analizando** a situação de precariedade dos camponeses de várias regiões do país e as dificuldades que têm de acesso, de gestão e/ou de controlo do património fundiário e da biodiversidade do nosso país, dificuldades essas relacionadas com grandes movimentações que se vêm verificando no sentido da concessão de grandes superfícies de terras a investidores estrangeiros e nacionais feita pelas nossas autoridades,
- C. **Considerando** as ameaças que pesam nos nossos dias sobre os recursos biológicos da Guiné-Bissau, tal como sucede com outros países da África Ocidental, com entrada de sementes desconhecidas dos produtores, a destruição massiva das florestas em violação das leis nacionais e convenções internacionais às quais subscrevemos enquanto país,
- D. **Considerando** as violações flagrantes dos Direitos da comunidades sobre os recursos biológicos e os conhecimentos associados a esses recursos, conhecimentos esses que nos foram legados pelos nossos antepassados e que nós, da nossa vez, deveríamos legar às gerações futuras;
- E. **Considerando** as ocupações bruscas e brutais de terras agrícolas e das nossas águas por investidores estrangeiros e nacionais em detrimento das explorações familiares agrícolas, dos pescadores e dos criadores de gado, que têm necessidades prementes de acesso às terras agrícolas, aos espaços de pastagem e às águas de pesca, mas também de necessidades importantes de segurança fundiária;
- F. **Considerando** que a concessão massiva de terras agrícolas e das águas de pesca a investidores privados é um factor de alienação da soberania alimentar nacional e contribuirá para levar ao desaparecimento, quase que certo, da agricultura familiar,

Nós, os participantes das organizações camponesas e da sociedade civil ao 1º Fórum Camponês de Djalicunda:

1. *Exortamos o Governo a respeitar as disposições das leis nacionais em matéria de concessão e gestão das terras, de gestão da biodiversidade e dos recursos naturais;*

2. *Relembramos ao Governo que cada guineense tem direito à terra conforme a declaração universal dos Direitos do Homem e que a Guiné-Bissau deve respeitar esses direitos;*
3. *Relembramos que a terra, a água, as florestas e todos os recursos naturais da Guiné-Bissau fazem parte do património nacional e, por isso, são inalienáveis;*
4. *Encorajamos o Governo e todas as autoridades nacionais, entre as quais a Assembleia Nacional Popular e outras instituições da República a avançarem com o processo de descentralização e poder local, a suspenderem de imediato os projectos e iniciativas de mobilização e manejo de terras em curso em sítios concedidos sem o consentimento das populações e a suspensão das transacções e/ou concessões, esperando a resolução prévia dos conflitos desencadeados;*
5. *Exortamos o Governo a encetar um diálogo político com a classe dos agricultores, organizando uma Mesa Redonda nacional em torno da lei da terra, face a novas ameaças prevaescentes no sector fundiário guineense, da problemática das terras agrícolas e da sua política de investimento neste sector, visando a informação da opinião pública nacional sobre essas orientações;*
6. *Pedimos à COPAGEN-Guiné-Bissau para criar um Comité de seguimento das recomendações do Fórum de Djalicunda, que deverá apoiar Kafo e a Tiniguena nesse sentido;*
7. *Damos o mandato a essa comissão, coordenada pela COPAGEN-GB, no sentido de:*
 - a. *Recensar e documentar os casos de espoliação de camponeses e de violação dos Direitos do Homem e do Cidadão, para além dos já evocados neste Fórum;*
 - b. *Difundir em larga escala as informações sobre o açambarcamento de terras, para a opinião pública nacional e internacional;*
 - c. *Organizar um fórum nacional sobre a questão do açambarcamento de terras e das sementes;*
 - d. *Propor métodos de restituição de terras que foram cedidas a diferentes investidores estrangeiros e nacionais em detrimento dos produtores guineenses.*

Feito em Djalicunda, a 5 de Março de 2011.